

REGIMENTO INTERNO**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
ITAPEMIRIM - ES****TÍTULO I****DA NATUREZA, DAS FINALIDADES, DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES****CAPÍTULO I****DA NATUREZA E DAS FINALIDADES**

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Itapemirim (COMEI), criado pela Lei nº. 1.461/97, de 10/09/1997 e alterado pela Lei nº. 2.838/2014, de 18/12/2014, e pela Lei nº 3.398, de 26 de agosto de 2024, reger-se-á, pelo presente Regimento, observadas as normas e disposições fixadas em Lei;

Art. 2º O COMEI, órgão colegiado de deliberação sobre a política educacional do município, tem por finalidade planejar, orientar e disciplinar as atividades de ensino público, exercendo as funções normativas, deliberativas, propositivas, consultivas, fiscalizadora, de assessoramento e avaliadora na esfera de sua competência;

CAPÍTULO II**DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 3º São atribuições do COMEI:

- I - Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas, em matéria de Educação, no território municipal;
- II - Formular, em cooperação com o poder público, as diretrizes da política educacional do município, em consonância com as diretrizes nacionais;
- III - Participar da elaboração, apreciar e aprovar o Plano Municipal de Educação (PME) bem como outros instrumentos de planejamento educacional, na esfera municipal;
- IV - Acompanhar o processo de execução do PME, monitorando e avaliando, continuamente, o cumprimento das metas e a reformulação de suas estratégias, visando o atendimento das necessidades educacionais do município, ao longo de sua vigência;
- V - Fiscalizar o desempenho do sistema e do gerenciamento municipal de ensino face às diretrizes e metas estabelecidas no PME e outros instrumentos de planejamento educacional, verificando os resultados quantitativos e qualitativos alcançados;
- VI - Emitir parecer e proposições a partir dos resultados apreciados ou sempre que verificada a necessidade de intervenção ao aperfeiçoamento do sistema municipal de ensino;
- VII - Indicar prioridades e propôr critérios para a programação e execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à educação municipal, bem como fiscalizar a sua devida aplicação;
- VIII - Estabelecer normas e emitir parecer aos processos de criação, credenciamento, autorização de funcionamento, reconhecimento e suspensão

temporária ou definitiva de atividades das instituições pertencentes ao sistema municipal de ensino;

IX - Estabelecer normas e emitir parecer aos processos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento e encerramento de cursos nos diferentes níveis e/ou modalidades da educação básica, no âmbito de seu sistema de ensino;

X - Propôr medidas e formas de melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, do desempenho escolar e das relações com a comunidade;

XI - Estabelecer critérios de caracterização das unidades privadas sem fins lucrativos, especializadas com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro do poder público;

XII - Apreciar relatórios semestrais da Secretaria Municipal de Educação (SEME);

XIII - Promover e divulgar estudos sobre o ensino no município, bem como analisar dados estatísticos referentes ao mesmo;

XIV - Aprovar convênios de ação inter - administrativa que envolvam o poder público municipal e demais esferas públicas na área de Educação;

XV - Zelar pela compatibilização das ações educacionais com programas de outras áreas, como a saúde, a assistência pública e promoção social, os quais deverão garantir infraestrutura operacional adequada;

XVI - Programar, permanentemente, ações que visem a formação dos profissionais da Educação e dos membros do COMEI;

XVII - Declarar a vacância do mandato de conselheiros, conforme prevê a Lei nº 1.461/97 e suas alterações;

XVIII - Manter intercâmbio com sistemas de outros municípios, dos Estados e do distrito federal, assim como com outros Conselhos Municipais de Educação;

XIX - Mobilizar a participação da sociedade no acompanhamento dos serviços educacionais do município;

XX - Exercer outras atribuições que, por delegação, ou força da lei, lhes forem confiadas;

XXI - Elaborar e, quando necessário, reformular, o regimento interno, a ser homologado pelo Prefeito Municipal.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DO MANDATO, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 4º O COMEI será constituído de 19 membros titulares e 18 suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, observando-se a representatividade por meio de eleição dos segmentos e entidades que o irão compor;

Parágrafo único. No primeiro dia do segundo ano de vigência do mandato do atual Conselho, o mesmo passará a ser composto por 18 membros titulares e 18 membros suplentes, uma vez que a presidência deverá ser eleita, nesta ocasião, em plenária, pelos membros do COMEI.

Art. 5º O COMEI deverá ser composto pelos seguintes segmentos ou entidades:

I – No primeiro ano de vigência do mandato, pelo Secretário Municipal de Educação, que o presidirá;

II - 02 (dois) representantes dos Professores em função de regência, do magistério público municipal do quadro efetivo, lotados nas unidades escolares, sendo 01 representante do segmento da educação infantil e 01 do segmento do ensino fundamental;

III - 02 (dois) representantes de Pais dos alunos da rede municipal de ensino;

IV - 01 (um) representante dos Alunos matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, maiores de 16 anos;

V - 02 (dois) representantes dos Professores em função pedagógica ou dos especialistas em educação, lotados nas unidades escolares, sendo 01 representante do segmento da educação infantil e 01 do segmento do ensino fundamental;

VI - 01 (um) representante do Poder Legislativo municipal;

VII - 03 (três) representantes de Entidades de classe, associações, instituições comunitárias, sendo 01 deles, necessariamente, representante dos Conselhos de escola;

VIII - 01 (um) representante do Ensino Superior;

IX - 01 (um) representante do Conselho Tutelar do Município;

X - 02 (dois) representantes da SEME;

XI - 01 (um) representante do Conselho Municipal do FUNDEB;

XII - 01 (um) representante dos diretores das unidades escolares municipais, em efetivo exercício;

XIII - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais.

§1º São impedidos de servir no Conselho: marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto, madrasta, enteado, bem como as pessoas que exerçam cargos ou funções de direção em partidos políticos;

§2º Havendo representantes do ensino privado no município, os mesmos passarão a fazer parte da composição do COMEI;

§3º O Secretário Municipal de Educação não possuirá suplente;

§4º Os membros do Conselho não serão remunerados, sob qualquer pretexto, constituindo sua função serviço público relevante.

Art. 6º O mandato dos membros do COMEI será de 03 (três) anos, permitida a reeleição e/ou recondução, por uma vez consecutiva;

§1º Os conselheiros que deixarem de pertencer às categorias que representam, previstas no Art. 5º, serão por estas substituídas, no prazo máximo de 30 dias, a contar do primeiro dia da vacância;

§2º Ocorrendo impedimento legal ou afastamento do membro titular, assumirá o seu suplente para completar o mandato;

§3º Nos casos de impedimento legal, ou afastamento também dos respectivos suplentes, serão escolhidos, por suas respectivas categorias, novos membros para conclusão do mandato;

§4º O suplente pode assumir igualmente nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, caso o titular não esteja presente.

Art. 7º O mandato dos membros do COMEI será considerado vago, antes do término estabelecido, nos seguintes casos:

- I - morte;
- II - renúncia, por escrito;
- III - ausência injustificada por 04 (quatro) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de um ano;
- IV - doença que exija licença médica superior a 6 (seis) meses;
- V - condenação por crime comum ou de responsabilidade;
- VI - não mais pertencer à categoria que representar no Conselho.
- VII – desligamento, mediante a falta grave ou reincidente, que atente contra a moral dos conselheiros, ou que macule a conduta ética do Conselho, tais como: difamação; calúnia; agressões físicas ou verbais; atos infracionais prescritos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709/2018; ofensas; discriminações; ou outro ato infracional grave previsto sob a forma da lei.

Art. 8º Após o primeiro mandato, o COMEI será renovado, anualmente, em 1/3 (um terço) de seus membros, visando a conservação de um núcleo básico, evitando a descontinuidade das políticas educacionais, ficando assim estabelecida a renovação:

I - primeiro ano:

- a) 01 (um) representante dos Professores em função de regência, do magistério público municipal do quadro efetivo, lotados nas unidades escolares, do segmento da educação infantil;
- b) 01 (um) representante de Pais dos alunos da rede municipal de ensino;
- c) 01 (um) representante dos Professores em função pedagógica ou dos especialistas em educação, lotados nas unidades escolares, do segmento do ensino fundamental;
- d) 01 (um) representante de Entidades de classe, associações, instituições comunitárias;
- e) 01 (um) representante do Conselho Tutelar do Município;
- f) 01 (um) representante dos servidores Técnico-administrativos das escolas públicas municipais.

II - segundo ano:

- a) 01 (um) representante dos Alunos matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino, maiores de 16 anos;
- b) 01 (um) representante dos Professores em função pedagógica ou dos especialistas em educação, lotados nas unidades escolares, do segmento da educação infantil;
- c) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
- d) 01 (um) representante de Entidades de classe, associações, instituições comunitárias;
- e) 01 (um) representante do Ensino Superior;
- f) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação.

III - terceiro ano:

- a) 01 (um) representante dos Professores em função de regência, do magistério público municipal do quadro efetivo, lotados nas unidades escolares, do segmento do ensino fundamental;
- b) 01 (um) representante de Pais dos alunos da rede municipal de ensino;
- c) 01 (um) representante de Entidades de classe, associações, instituições comunitárias;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) 01 (um) representante do Conselho Municipal do FUNDEB;
- f) 01 (um) representante dos Diretores das unidades escolares municipais, em efetivo exercício.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º Integram a estrutura do Conselho:

- I - Presidência;
- II - Vice-presidência;
- III - Plenário;
- IV – Comissões;
- V – Secretaria Executiva.

SEÇÃO I DA PRESIDÊNCIA

Art. 10 A Presidência, responsável pela direção superior do COMEI, será exercida, no primeiro ano de vigência do mandato, pelo Secretário Municipal de Educação e, a partir do primeiro dia do segundo ano do mandato, por membro eleito pelos pares, em votação secreta;

§1º A partir do segundo ano de vigência, o mandato do presidente do COMEI será pelo período de dois anos, podendo o mesmo concorrer a um novo período de mandato, por uma vez consecutiva;

§2º Substitui o Presidente, em suas faltas ou impedimentos, o vice-presidente e, no caso de falta ou impedimento deste, um Presidente de Comissão eleito em plenário;

§3º Verificada a vacância da Presidência, o Vice-presidente assumirá permanentemente a função, procedendo-se à eleição para um substituto deste, até o término do mandato.

Art.11 São atribuições do Presidente:

- I - dirigir e supervisionar os trabalhos do COMEI;
- II - representar o COMEI ou delegar representação, onde se fizer necessário;
- III - presidir as sessões do plenário e os trabalhos do COMEI, orientar as discussões, inscrever os interessados em fazer uso da palavra, conceder a palavra aos conselheiros inscritos, em ordem crescente, coordenar os debates e nele interferir quando seja necessário prestar esclarecimentos;
- IV - dar exercício, em sessão plenária, aos Conselheiros empossados;
- V - convocar as reuniões do Plenário;
- VI - decidir sobre questões de ordem;
- VII - constituir comissões especiais;
- VIII - baixar atos consequentes às decisões do Plenário, bem como aos serviços administrativos do Conselho;
- IX – encaminhar à SEME, plano anual de trabalho contemplando eventos de mobilização e formação, bem como previsão de recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao funcionamento do Conselho;
- X - exercer, nas votações do Plenário, o voto de desempate;
- XI - convidar autoridades, especialistas, membros da comunidade e outros a prestar esclarecimentos junto ao Plenário e às Comissões, quando for o caso; XII - manter intercâmbio com órgãos congêneres e instituições educacionais e culturais;
- XIII- elaborar relatório anual de atividades do COMEI;
- XIV - exercer outras atividades inerentes às funções de seu cargo;
- XV - autorizar a publicação de atos, notas ou informações do COMEI;
- XVI - encaminhar à SEME e ao Gabinete do Prefeito, materiais que dependam de homologação;
- XVII – fixar pauta e remetê-la para conhecimento dos conselheiros, com antecedência mínima de 48 horas, para as reuniões ordinárias;
- XVIII - acatar as solicitações de inclusão de pauta, requeridas, por escrito, pelos conselheiros à Secretaria Executiva, 05 dias antes da próxima reunião ordinária;
- XIX – participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;
- XX – formular consultas ou promover conferências, por iniciativa própria ou das Comissões, sobre matéria de interesse do Conselho;
- XXI – propor ao Secretário Municipal de Educação, após a aprovação em plenário, o provimento de cargos para os serviços técnicos e administrativos e para o desempenho de cargos especiais do Conselho;
- XXII – mobilizar os meios e os recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;
- XXIII – aplicar penas disciplinares, a serem regulamentadas pelo COMEI, quando as

decisões do COMEI não forem cumpridas pelas instâncias a elas destinadas;

XXIV – autorizar a execução de serviços fora da sede do Conselho;

XXV – tomar decisões em caso de urgência “*ad referendum*” do Plenário, devendo submetê-las na reunião subsequente.

SEÇÃO II DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 12 Cabe ao Vice-presidente do COMEI desempenhar as atribuições conferidas pelo Presidente, quando estiver substituindo-o no exercício do cargo, por motivo de impedimento ou licença;

Art. 13 O Vice-presidente completa o mandato do Presidente em caso de afastamento definitivo;

Art. 14 No primeiro ano de vigência do mandato, o Vice-presidente do COMEI será eleito em plenária, na abertura dos trabalhos, em votação secreta. A partir do segundo ano de mandato, a eleição deverá ocorrer na mesma data em que ocorrer a eleição para presidente;

Parágrafo único. A partir do segundo ano, o mandato do Vice-presidente do COMEI será pelo período de dois anos, podendo o mesmo concorrer a um novo período de mandato, por uma vez consecutiva.

SEÇÃO III DO PLENÁRIO

Art. 15 O COMEI funcionará em sessão Plenária e em reunião de Comissões, na forma estabelecida nesse regimento interno;

§1º O Plenário é a instância deliberativa permanente do Conselho;

§2º O Presidente do COMEI, quando julgar necessário, poderá solicitar criação de comissões especiais, indicando as respectivas tarefas.

Art. 16 O COMEI reunir-se-á ordinariamente em sessão Plenária, uma vez a cada mês, podendo ser realizada através de atividade remota, em dia e horário a ser definido com os conselheiros, na abertura anual dos trabalhos; e, extraordinariamente, quando houver necessidade justificada, desde que seja comunicada com 48 horas de antecedência;

§1º O calendário anual de reuniões ordinárias deverá ser publicado em veículo de comunicação oficial do governo municipal;

§2º As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas por ato do Presidente, a ser encaminhado a todos os conselheiros, por endereço eletrônico, constando dia, horário e pauta a ser discutida, com antecedência mínima de 48 horas;

§3º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão públicas e deverão ser registradas em ata, para leitura e aprovação de seus membros, na sessão plenária subsequente;

Art. 17 O COMEI reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 50% + 1 do quantitativo de conselheiros;

§1º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate;

§2º Caso não haja quórum, será marcada nova data para a reunião, em qualquer dia, dentro do mesmo mês;

§3º Se na nova data, persistir ausência de quórum, a reunião poderá ocorrer com o quantitativo de membros presentes.

Art. 18 As decisões do COMEI serão tomadas na forma de deliberação ou parecer e terão validade quando homologadas pelo Secretário Municipal de Educação e, após publicadas, em veículo de comunicação oficial do governo municipal;

Art. 19 O início dos trabalhos do Colegiado se dará anualmente no primeiro dia útil do mês de fevereiro, com término no último dia útil do mês de dezembro;

Art. 20 O COMEI deverá ter o regimento elaborado por seus membros, no prazo máximo de 60 dias, a contar do primeiro dia do mandato;

§1º Necessariamente, o regimento de que trata o caput deste artigo deverá ser submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Educação e posterior homologação do Prefeito Municipal;

§2º Em caso de não aprovação, o regimento deverá retornar ao Conselho, com parecer justificado, para nova apreciação;

§3º Após nova apreciação, os membros do Conselho poderão modificá-lo, se de acordo;

§4º Caso haja discordância, o texto original do regimento será mantido;

§5º Após deliberação, o regimento retornará à SEME e/ou ao Prefeito para homologação;

§6º O regimento do COMEI poderá ser revisto e alterado sempre que ocorrer mudança na legislação ou por solicitação de 2/3 de seus membros titulares.

Art. 21 As funções de conselheiro do COMEI são consideradas de relevante interesse público e social e o seu exercício tem prioridade sobre o de qualquer outro cargo público no município de que sejam titulares os seus membros;

Art. 22 Pelo comparecimento às sessões plenárias e às das comissões, os conselheiros terão abonados os seus pontos nas respectivas repartições públicas municipais;

Art. 23 O COMEI divulgará em boletim, trimestralmente, o relatório de suas atividades e, anualmente, elaborará um documento oficial, contendo deliberações, pareceres e outros atos aprovados no exercício, encaminhando-os ao Secretário Municipal de Educação;

SUBSEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DO PLENÁRIO

Art. 24 A cada membro do Conselho incumbe:

- I – estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem distribuídas pelo Presidente do Conselho ou das Comissões;
- II – apresentar indicações para a pauta, por escrito, ao Conselho Pleno ou às Comissões, por meio da Presidência, quando de interesse da Educação;
- III - requerer votação de matéria em regime de urgência;
- IV – desempenhar outras responsabilidades que lhes competem, na forma da Lei.

Art. 25 Ao Plenário compete:

- I – analisar, discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados à sua competência, podendo apresentar proposta, moção, indicação, providência ou medida que resultem em manifestações do Conselho;
- II - decidir sobre o pedido de urgência e de prioridade das matérias constantes da ordem do dia da respectiva sessão;
- III – julgar os recursos interpostos contra decisões do Presidente;
- IV – alterar e aprovar atas das sessões do Conselho;
- V – apreciar, aprovar ou rejeitar pareceres oriundos das Comissões do Conselho.

SUBSEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 26 As sessões ordinárias constam de leitura da ata da reunião anterior, expediente e ordem do dia;

§1º O expediente abrange avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições ou indicações, correspondências e documentos, consultas ou pedidos de esclarecimentos por parte do Presidente ou dos Conselheiros;

§2º À ordem do dia corresponde a discussão e votação de ata e discussão e votação da matéria agendada.

Art. 27 As deliberações são tomadas pelo voto da maioria simples do Plenário, com face de parecer específico, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

Art. 28 Pode ser dispensada a leitura do parecer cuja cópia tenha sido distribuída com antecedência, salvo julgamento de necessidade formulado por qualquer Conselheiro;

Art. 29 Em regime de discussão o plenário pode eliminar o tempo de palavra dos Conselheiros;

Art. 30 É concedida vista de qualquer processo ao Conselheiro que a solicitar, ficando este obrigado a apresentar seu parecer, por escrito, na sessão ordinária seguinte, estando ou não presente a ela.

Parágrafo único. O pedido de vista suspende a discussão da matéria até o novo parecer.

Art. 31 A votação poderá ser simbólica, nominal ou por escrutínio secreto;

Art. 32 Na votação simbólica os Conselheiros favoráveis á matéria manifestam seu voto por um sinal indicado pelo Presidente;

Parágrafo único. Havendo dúvida quanto ao resultado da votação simbólica, pode ser feita votação nominal, a juízo do Presidente ou por solicitação de qualquer Conselheiro.

Art. 33 Faz-se votação nominal a juízo do Presidente ou por solicitação de Conselheiro;

Art. 34 A votação por escrutínio secreto destina-se à eleição do Presidente e do Vice-presidente e é feita mediante cédulas manuscritas ou impressas, recolhidas em urna à vista do Plenário e os votos são apurados por dois escrutinadores designados pelo Presidente;

Art. 35 Constitui impedimento ao Conselheiro eleito para discussão e voto, matéria de interesse pessoal dele ou de terceiros a ele relacionados, ou situação peculiar julgada impeditiva pelo próprio Conselheiro;

Art. 36 As deliberações somente são válidas com o voto da maioria simples dos Conselheiros presentes;

Art. 37 Na votação, as emendas têm preferência sobre as proposições a que se referem;

Parágrafo único. A votação de emendas atende a seguinte ordem:

- I – emendas supressivas;
- II – emendas substitutivas;
- III – emendas aditivas;
- IV - emendas modificativas.

Art. 38 O Presidente pode designar outro Conselheiro, como relator de matéria em que o Plenário contraria a decisão da Comissão;

Art. 39 O processo pode ser diligenciado a requerimento de qualquer Conselheiro, mediante aprovação do Plenário que fixa o prazo de atendimento à diligência;

Art. 40 É facultado ao Conselheiro levantar questão de ordem, à consideração do Presidente;

Art. 41 As decisões do COMEI são tomadas em forma de Resolução que devem ser homologadas pelo Secretário Municipal de Educação;

Parágrafo único. Além das Resoluções, o Conselho pode adotar instruções, indicações, recomendações a serem observadas pelos órgãos e instituições que integram o Sistema Municipal de ensino, com a homologação do Secretário de Educação.

Art. 42 Das decisões do Plenário cabe pedido de reconsideração formulado pela parte interessada, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do conhecimento da decisão;

Parágrafo único. O pedido de reconsideração deve ser decidido pelo Plenário no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de protocolo do COMEI.

Art. 43 A cada 6 (seis) meses, no mínimo, uma das sessões ordinárias será dedicada exclusivamente ao debate e reflexão dos assuntos educacionais não vinculados especificamente aos processos protocolados ou em andamento no Conselho, com a temática estabelecida por proposta do Conselheiro ou da Comissão;

Art. 44 A convocação para reuniões extraordinárias do COMEI, poderá ser feita com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, se formalizada no dia da reunião ordinária e, nos demais casos, deverá ser efetuada sempre com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

Art. 45 As Sessões Plenárias terão duração máxima de 02 (duas) horas, salvo a requerimento do Plenário, não excedendo a prorrogação de 30 (trinta) minutos;

SUBSEÇÃO III DA ATA

Art. 46 As Sessões Plenárias do COMEI terão início com a discussão da ata da reunião anterior, que deverá ser lida pelo secretário executivo e submetida, a seguir, para apreciação, considerações e aprovação;

§1º Não havendo manifestações contrárias ao teor da ata, será a mesma aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes à seção de aprovação;

§2º As retificações requeridas por Conselheiros deverão ser aprovadas em plenária, anotadas e inseridas na ata da sessão subsequente.

Art. 47 As Atas serão lavradas em livro especial;

Parágrafo único. As atas serão lavradas ainda que não haja sessão por falta de quórum, mencionando-se os nomes dos Conselheiros presentes.

SUBSEÇÃO IV DO EXPEDIENTE

Art. 48 No Expediente, o presidente dará ciência, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições e outros documentos dirigidos ao Conselho;

Art. 49 Durante o Expediente e mediante inscrição formalizada junto ao Presidente poderão os Conselheiros usar da palavra, por até 03 (três) minutos, improrrogáveis, não sendo permitidos apartes;

SUBSEÇÃO V DA ORDEM DO DIA

Art. 50 A ordem do dia será organizada pela Secretaria Executiva e aprovada pelo Presidente, não podendo as matérias serem discutidas e votadas, senão, de acordo com as respectivas inscrições, salvo mediante requerimento de preferência, aprovado pelo Plenário;

§1º Na organização da Ordem do Dia, o Secretário Executivo do Conselho colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência, e as em regime de tramitação ordinária, na seguinte sequência:

- I - votações adiadas;
- II - discussões adiadas;
- III - proposições que independem de pareceres, mas dependam de apreciação do Plenário;
- IV - proposições com pareceres aprovados pelas Comissões.

§2º Os atos do Presidente, sujeitos à homologação do Plenário, serão incluídos na Ordem do dia, em último lugar, dentro do grupo correspondente ou regime em que tramitam;

§3º Dentro de cada grupo de matéria da seguinte disposição, na ordem cronológica de regime:

- I - Projeto de Resolução;
- II - Parecer;
- III - Indicação;
- IV - Moção;
- V - Requerimento.

Art. 51 As votações e as discussões de matérias poderão ser adiadas mediante requerimento do Conselheiro, devendo este ser apresentado antes da votação e aprovação pelo Plenário, observando prazo de duas Sessões Ordinárias;

Art. 52 Encerradas as discussões, nenhum Conselheiro poderá fazer uso da palavra, salvo para encaminhamento de votação;

Parágrafo único. Antes do início da votação de qualquer matéria, será concedida vista ao Conselheiro que solicitar.

Art. 53 As matérias lidas ou distribuídas em uma sessão, depois de ouvidas as respectivas Comissões e discutidas serão votadas, salvo requerimento aprovado pelo Plenário, o qual deverá definir o prazo para inclusão na Ordem do Dia;

SUBSEÇÃO VI DA DISCUSSÃO

Art. 54 Nenhum Conselheiro poderá falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra, pelo Presidente;

Parágrafo único. Ao pronunciar-se, o Conselheiro deverá ater-se à matéria em discussão.

Art. 55 A palavra será dada ao Conselheiro que primeiro a tiver solicitado, cabendo ao Presidente inscrever a sequência quando mais de um a pedirem; **Parágrafo único.** O Relator terá preferência para manifestar-se sobre a matéria em discussão.

Art. 56 As proposições e pareceres incluídos em Pauta poderão receber emendas durante a discussão, sendo estas incluídas ao parecer, desde que o relator aceite;

§1º As emendas serão supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas;

§2º As emendas deverão ser apresentadas por escrito.

Art. 57 O Presidente poderá solicitar ao Conselheiro que interrompa o seu discurso, para:

I - comunicação importante;

II – recepção de autoridade ou personalidade.

SUBSEÇÃO VII DOS APARTES

Art. 58 Aparte é a interrupção do orador, para indagação ou esclarecimento, relativo à matéria em debate.

§1º O Conselheiro somente poderá apartear o orador se obtiver permissão do mesmo.

§2º Não será admitido aparte:

- I - na palavra do Presidente;
- II - por ocasião de encaminhamento de votação;
- III - quando o orador estiver suscitando questão de ordem.

SEÇÃO IV DAS COMISSÕES

Art. 59 Para estudo de matérias de sua competência, o COMEI contará com as seguintes Comissões Permanentes:

- I – Comissão de Educação Infantil;
- II – Comissão de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos;
- III – Comissão de Planejamento e Avaliação de Políticas Educacionais;
- IV – Comissão de Legislação e Normas.

Art. 60 Pode o Presidente criar Comissões Especiais que serão dissolvidas, automaticamente, ao término das tarefas pertinentes a elas;

Art. 61 As Comissões Permanentes têm um mínimo de 04 (quatro) e um máximo de 06 (seis) Conselheiros;

§1º Nenhum Conselheiro pode integrar, em caráter permanente, mais de duas Comissões;

§2º Cada comissão elegerá o Presidente e Vice – presidente.

Art. 62 As Comissões reunir-se-ão, quinzenalmente, em sessão ordinária; e extraordinariamente, quando convocada;

Art. 63 O Relator, na Comissão, deve apresentar parecer na sessão subsequente à do recebimento do processo, salvo o caso de diligência que o impeça;

Art. 64 Duas ou mais Comissões poderão reunir-se, conjuntamente, por conveniência dos trabalhos;

Art. 65 Os Presidentes de Comissão poderão convidar Conselheiros de outras Comissões para efeito de enriquecimento das discussões;

Art. 66 Ao Presidente das Comissões compete:

- I – convocar reuniões extraordinárias, através de ofícios ou requerimentos aprovados por metade dos membros da Comissão;

- II - designar relator à matéria sobre a qual deva emitir parecer;
- III – conceder a palavra aos membros da Comissão e proclamar o resultado da votação;
- IV – solicitar ao Presidente do Conselho a substituição do membro da Comissão, em caso de vaga ou impedimento;
- V – representar a Comissão perante o Plenário ou em outras Comissões;
- VI – resolver questões de ordem suscitadas nas reuniões de Comissões.

Art. 67 As Comissões deliberam com, no mínimo, metade de seus membros presentes;

Art. 68 Às Comissões, segundo a natureza das matérias a elas atribuídas, compete:

- I – promover estudos técnicos e pesquisas sobre problemas relativos à sua competência, tomando iniciativa na elaboração das proposições necessárias;
- II - apreciar os processos que lhes são distribuídos e sobre eles manifestarem-se, emitindo parecer ou indicação que são objeto de deliberação no Plenário;
- III – responder as consultas encaminhadas pelo Presidente do COMEI;
- IV – tomar a iniciativa de medidas e sugestões a serem propostas ao Plenário;
- V – baixar processos em diligências para complementar sua instrução ou para determinar o cumprimento de exigências indispensáveis à apreciação do requerido;
- VI – elaborar projetos de normas para o bom funcionamento do ensino;
- VII – a Comissão de Legislação e Normas, compete a elaboração de estudos e proposições técnico-jurídico, com vistas a adequação das decisões do órgão à legislação vigente, bem como, a política educacional do Município;
- VIII – sempre que a Comissão de Legislação e Normas apresentar diligência a uma proposta de Resolução, esta deverá retornar à Comissão para a verificação do atendimento ou não do pleito, e, após ir a plenário.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho ouvirá a Comissão de Legislação e Normas, sempre que julgar necessário, inclusive sobre assuntos já estudados por outra Comissão.

Art. 69 Para cada processo é designado um relator, pelo Presidente da Comissão, mediante rodízio;

Parágrafo único. Inclui-se, no rodízio, o Presidente da Comissão que avoca os processos que lhe cabe relatar.

Art. 70 O parecer do relator é escrito com a seguinte ordem e composição:

- I – Histórico;
- II – Análise;
- III – Conclusão.

Art. 71 No caso de não aprovação do parecer do relator, o Presidente da Comissão designa um Conselheiro, dentre os que proferiram voto vencedor, para redigir um novo parecer;

Art. 72 Os pareceres de Comissão são assinados pelo Presidente, pelo relator e pelos conselheiros que participaram da votação sendo o processo encaminhado à apreciação do Plenário, pelo Presidente da Comissão, quando for o caso;

Parágrafo único. Acompanha o parecer: a declaração de voto, escrita, se houver.

Art. 73 Estando o Presidente e o Vice- presidente da Comissão impedidos de participar da sessão, a Comissão indica um dos membros para presidir os trabalhos;

Parágrafo único. As retificações das atas serão inseridas na ata da reunião seguinte, devendo ser assinadas pelos Conselheiros presentes nesta reunião:

SUBSEÇÃO I DOS TRABALHOS

Art. 74 O Presidente da Comissão, na hora designada para o início da reunião, declarará abertos os trabalhos que observará a seguinte ordem:

- I - leitura da ata da reunião anterior, pelo Secretário Executivo;
- II – leitura do expediente, pelo Presidente;
- III – distribuição das matérias aos relatores;
- IV – leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios e pareceres.

Art. 75 Para as matérias submetidas às Comissões, deverão ser designados relatores na primeira reunião da comissão a contar de seu recebimento pelo Presidente, exceto para aqueles em regime de urgência, quando a designação será imediata;

Art. 76 As Comissões terão os seguintes prazos para a emissão do parecer:

- I – 07 (sete) dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência;
- II – 15 (quinze) dias, nos demais casos.

Art. 77 O parecer será apresentado até a primeira reunião subsequente ao término do prazo;

Art. 78 Esgotados os prazos concedidos sem ter sido exarado parecer, o Presidente designará outro relator;

Art. 79 Rejeitado o parecer, e não havendo pedido de vistas, o Presidente da Comissão designará outro relator, que terá prazo até a reunião seguinte para apresentar novo parecer;

Art. 80 Irão à deliberação do Plenário o parecer vencedor, e as declarações do voto, se houver;

Art. 81 Será assegurado o pedido de vista pelos seguintes prazos:

I – de 07 (sete) dias nos casos em regime de urgência;

II – de 10 (dez) dias, nos demais casos.

Parágrafo único. Não se concederá vista do mesmo processo a quem já o tenha obtido.

Art. 82 Durante a discussão poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão, por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis a critério do Presidente;

Art. 83 As Comissões para desempenho de suas atribuições poderão realizar diligências que considerarem necessárias;

Art. 84 As questões de ordem serão resolvidas pela Comissão;

SUBSEÇÃO II DAS DISTRIBUIÇÕES

Art. 85 A distribuição da matéria às Comissões será feita pelo Presidente do Conselho;

Art. 86 A ordem e organização dos processos e documentos entregues à Comissão ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva;

Art. 87 As comissões poderão realizar reuniões conjuntas e a presidência, nestes casos deverá ser escolhida, por sorteio;

Parágrafo único. Competirá ao Presidente designar o Relator sobre a matéria objeto da reunião conjunta.

Art. 88 A Comissão que pretender audiência de outra Comissão deverá solicitá-la ao Presidente do Conselho;

SUBSEÇÃO III DOS ATOS

Art. 89 Os atos propostos pelas Comissões e aprovados pelo Plenário tomarão a forma de parecer, resolução ou indicações e serão assinados pelo Presidente do COMEI;

§1º Resolução é o ato pelo qual o Conselho normatiza matéria de sua competência;

§2º Parecer é o pronunciamento sobre a matéria submetida ao COMEI;

§3º Indicação é o ato pelo qual o COMEI propõe medidas com vistas à expansão e melhoria do ensino.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 90 A Secretaria Executiva será exercida por profissional efetivo do quadro técnico-administrativo do município, a ser designado pela Secretaria Municipal de Educação;

Art. 91 Compete à Secretaria Executiva:

- I – assessorar o Presidente do COMEI em assuntos de natureza técnica e administrativa;
- II - assessorar o Presidente nas sessões plenárias, bem como os presidentes das comissões;
- III - lavrar e ler a ata das reuniões;
- IV – assessorar e acompanhar os trabalhos das Comissões Permanentes e Especiais;
- V – manter organizado o acervo bibliográfico, material de legislação, consultas e estudos relacionados aos assuntos educacionais;
- VI – organizar processos a serem apreciados pelas comissões e pelo plenário;
- VII – expedir convocações para as reuniões;
- VIII – receber e coordenar a organização e atualização das correspondências, dos arquivos, dos documentos e cadastros das entidades representadas no Conselho;
- IX – orientar e supervisionar as atividades de relações públicas, imprensa e divulgação;
- X – elaborar relatório das atividades do Conselho, anualmente, ou sempre que solicitado pela Presidência;
- XI – manter contato com os órgãos da administração, visando integração, tomada de providência, coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos de competência do Conselho Municipal de Educação;
- XII – Providenciar em plenário as informações que lhe foram solicitadas pelo Presidente e demais Conselheiros.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 92 Ao conselheiro Titular ou Suplente será concedida, mediante o devido requerimento, licença para cômputo de faltas, nos seguintes casos:

- I – tratamento de saúde, inferior a 06 (seis) meses;
- II – desempenho de atividades relevantes, a critério do Plenário do Conselho;
- III – realização de estudos fora do Município, a critério do Conselheiro;
- IV- por outro motivo considerado relevante pelo Plenário do Conselho;
- V- concorrer a cargo eletivo.

Art. 93 O COMEI poderá realizar sessões solenes para comemorações ou homenagens especiais;

Art. 94 Os conselheiros, quando em viagem representando o Conselho, terão todas as despesas custeadas pelo executivo municipal;

Art. 95 O COMEI não tomará conhecimento de proposta ou requerimento de natureza estritamente pessoal, salvo em caso de recurso;

Art. 96 No prazo de um ano, a contar da data de homologação deste Regimento, a legislação que cria o COMEI deverá ser atualizada a fim de contemplar as novas proposições nele contidos;

Art. 97 No prazo de um ano, a contar da data de homologação deste Regimento, o Executivo Municipal garantirá espaço físico com estrutura própria e adequada, bem como a instalação da Secretaria Executiva, exclusiva aos trabalhos do COMEI;

Art. 98 As dúvidas e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observando as disposições legais, e terão força normativa;

Art. 99 Este Regimento entra em vigor na data de aprovação em plenária, revogando-se as disposições em contrário.

Itapemirim/ES, 02 de março de 2025.

Geruza Farias Hipólito Roza
Presidente